AGTU – THE GLOBAL UNIVERSITY

GOVERNANÇA GLOBAL EM SAÚDE: ANÁLISE DOS ATORES, MECANISMOS E DESAFIOS PARA O CUMPRIMENTO DO ODS 3

AUTOR: RAIMUNDA DAS GRAÇAS GONÇALVES DE SOUSA

Resumo: Este artigo analisa a governança global em saúde, com foco nos atores estatais e não-estatais e seus impactos na implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3). Baseando-se nos trabalhos de Fidler (2007), Kickbusch (2016), Ruger (2018), Youde (2012) e Moon (2015), o estudo examina a evolução do marco regulatório internacional, destacando as tensões entre instrumentos vinculantes (hard law) e não-vinculantes (soft law). A análise revela desafios estruturais na coordenação multilateral e propõe recomendações para fortalecer o regime global de saúde, visando maior equidade e eficácia no cumprimento do ODS 3. A metodologia combina análise documental com revisão sistemática da literatura especializada.

Palavras-chave: Governança Global; Saúde Pública; ODS 3; Atores não-estatais; Regulação internacional.

1. Introdução

A governança global em saúde tem se tornado cada vez mais complexa no século XXI, com a proliferação de atores e instituições que influenciam políticas e normas internacionais. Como destacam Fidler (2007) e Kickbush (2016), esse campo é marcado pela coexistência de mecanismos formais e informais de regulação, além da atuação diversificada

de Estados, organizações internacionais e atores privados. Este cenário levanta questões importantes sobre eficácia, legitimidade e equidade na governança da saúde global.

O presente artigo tem como objetivo principal analisar criticamente essa arquitetura institucional em transformação, com ênfase especial nos desafios para implementação do ODS 3 ("Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos"). Para tanto, examinaremos três dimensões inter-relacionadas: (1) o papel dos atores estatais e das organizações intergovernamentais; (2) a crescente influência de atores não-estatais; e (3) os obstáculos estruturais para uma governança mais equitativa e eficaz.

A metodologia adotada combina a análise documental de tratados internacionais e resoluções da OMS com revisão sistemática da literatura acadêmica, utilizando como referencial teórico os trabalhos de autores consagrados sobre o tema. Este enfoque permite examinar tanto as dimensões formais quanto as informais da governança global em saúde, contribuindo para o debate sobre seu futuro no contexto pós-pandêmico.

2. Atores Estatais e o Sistema Multilateral de Saúde

A Organização Mundial da Saúde (OMS) permanece como a principal instituição normativa no campo da saúde global. Como analisa Youde (2012), a OMS exerce funções cruciais na coordenação de respostas a crises sanitárias e na elaboração de diretrizes técnicas. Seu Regulamento Sanitário Internacional (2005), objeto de estudo de Fidler (2007), representa o principal instrumento de hard law neste campo, estabelecendo obrigações jurídicas para os Estados-membros em situações de emergência de saúde pública.

No entanto, como argumenta Ruger (2018), a autoridade da OMS é frequentemente limitada pela relutância dos Estados em ceder soberania em questões de saúde. Esta tensão ficou evidente durante a pandemia de COVID-19, quando muitos países adotaram medidas

unilaterais que contradiziam as recomendações internacionais. A implementação desigual do RSI revela os limites do atual sistema de governança, particularmente em situações que exigem respostas rápidas e coordenadas.

Além da OMS, outras organizações internacionais desempenham papéis importantes na governança global em saúde. O Banco Mundial tornou-se ator central no financiamento de programas de saúde, enquanto a Organização Mundial do Comércio regula aspectos cruciais como o acesso a medicamentos. Como observa Kickbush (2016), esta multiplicidade de atores exige maior coordenação para evitar duplicações e garantir uso eficiente de recursos, destacando a necessidade de mecanismos mais robustos de governança colaborativa.

3. Atores Não-Estatais e a Transformação da Governança

A participação de atores privados na governança global em saúde tem crescido exponencialmente, transformando profundamente a dinâmica deste campo. Como demonstra Moon (2015), fundações filantrópicas como a Bill e Melinda Gates Foundation passaram a exercer influência significativa na definição de prioridades globais de saúde. Esta "filantrocapitalização", na expressão de Kickbush (2016), levanta questões importantes sobre democraticidade e alinhamento com as necessidades dos sistemas nacionais de saúde.

A indústria farmacêutica representa outro ator crucial, com impacto direto no acesso a medicamentos e desenvolvimento de tecnologias médicas. O regime internacional de propriedade intelectual, particularmente o Acordo TRIPS da OMC, tem sido objeto de intensos debates. Como destacam diversos estudiosos, enquanto as patentes estimulam inovação, também criam barreiras ao acesso a medicamentos essenciais em países pobres, refletindo tensões entre interesses comerciais e o direito à saúde.

Organizações da sociedade civil têm assumido papel cada vez mais relevante como promotoras de agendas alternativas e defensoras de populações marginalizadas. No entanto, como observa Ruger (2018), sua influência permanece limitada pela falta de recursos e acesso a processos decisórios formais, destacando a necessidade de mecanismos mais inclusivos de participação na governança global em saúde.

4. Desafios Contemporâneos e o ODS 3

A pandemia de COVID-19 expôs fragilidades estruturais no sistema de governança global em saúde. Como argumenta Youde (2020), a falta de mecanismos eficazes para garantir equidade no acesso a vacinas comprometeu a resposta global, com países ricos acumulando doses enquanto nações pobres esperavam meses por suprimentos. Esta situação viola princípios éticos fundamentais e demonstra a urgência de reformas no sistema atual.

O financiamento insuficiente das instituições multilaterais representa outro desafio crucial. A OMS opera com orçamento limitado, tornando-a excessivamente dependente de contribuições voluntárias. Como destaca Fidler (2021), esta situação pode comprometer sua independência e capacidade de definir prioridades com base em evidências técnicas, considerações políticas ou econômicas.

A realização do ODS 3 enfrenta obstáculos significativos nestas áreas. Como propõe Ruger (2018), será necessário desenvolver mecanismos inovadores de financiamento, fortalecer a coordenação multilateral e garantir maior equidade no acesso a tecnologias médicas. A superação destes desafios exigirá vontade política e cooperação internacional em níveis sem precedentes.

5. **Conclusão**

A análise desenvolvida neste artigo permite concluir que a governança global em saúde necessita urgentemente de reformas estruturais. Como demonstrado, o sistema atual é marcado por tensões entre soberania nacional e cooperação multilateral, pela influência crescente, mas pouco regulada de atores privados, e por assimetrias persistentes no acesso a serviços de saúde.

As recomendações emergentes deste estudo apontam para três eixos principais de ação: (1) fortalecimento da OMS como instituição normativa central; (2) criação de mecanismos mais robustos para regular a participação de atores privados; e (3) desenvolvimento de instrumentos concretos para promover equidade no acesso a medicamentos e tecnologias médicas.

Como argumentam Kickbush (2021) e Fidler (2021), a construção de um sistema de governança mais justo e eficaz não é apenas uma necessidade ética, mas uma exigência prática para garantir a segurança sanitária global. A realização do ODS 3 dependerá fundamentalmente da capacidade da comunidade internacional em superar os desafios aqui identificados e implementar as reformas necessárias.

Referências Bibliográficas

FIDLER, D. P. SARS, *Governance and the Globalization of Disease.* New York: Palgrave Macmillan, 2007.

KICKBUSH, I. Global Health Governance in the Sustainable Development Goal Era. *Health Policy and Planning.*

MOON, S. Power in Global Governance: The Role of Non-State Actors in Global Health. Cambridge: Cambridge University , 2015.

RUGER, J. P. Global Health Justice and Governance. Oxford: Oxford University Press, 2018.

YOUDE, J. Global Health Governance. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2020.